

## **Teologia e género – perspectivas, ruídos, novas construções**

### **Apresentação**

Há livros que não carecem de apresentação. Este, porém, para melhor ser compreendido, requer algumas breves palavras de enquadramento e génese. Por outro lado, sendo uma obra colectiva e com temáticas diversificadas, pareceu às coordenadoras da edição que algum mérito haveria em fazer ressaltar de cada texto as suas ideias-chave, de modo a oferecer ao leitor/a alguma antevisão dos respectivos conteúdos.

Esta nota de apresentação vai ao encontro dessas finalidades.

#### ***Da oportunidade da obra***

O interesse das coordenadoras desta edição pela temática da reflexão teológica na perspectiva da igualdade de género vem de longe, como ficou documentado na nota de apresentação de um outro livro a que estiveram ligadas *Dizer Deus – Imagens e linguagens. Os textos da fé na leitura das mulheres*, editado em 2003, pela Gótica. Então, tivemos ocasião de fazer um breve resumo do percurso feito em Portugal neste domínio, percurso que remonta ao começo da década de oitenta.

É nossa convicção que, não obstante alguns passos já dados no sentido de uma maior participação das mulheres como sujeitos da produção de reflexão teológica (e não meras destinatárias das leituras teológicas realizadas pelos homens), é ainda muito pobre o património acumulado nesta área do saber que cruza as aquisições da teologia com os avanços feitos na indagação da perspectiva da igualdade de género. Referimo-nos à situação em Portugal que, neste particular, diverge substantivamente do patamar já alcançado em países com que habitualmente nos comparamos, em outros domínios, os países do Norte e Centro da Europa ou os Estados Unidos.

Tal facto não configura uma questão menor, já que aquilo que está em causa é não só uma questão de justiça (igualdade de oportunidades reais para mulheres e homens) como, representa, igualmente, um empobrecimento efectivo no entendimento da fé, na leitura hermenêutica da Revelação, nos fundamentos da espiritualidade ou da ética, em toda a Igreja em Portugal com reflexos indirectos na própria sociedade portuguesa. É a vida, no seu todo, que reflecte o assinalável défice do contributo das mulheres para a reflexão teológica na perspectiva do género.

Esta constatação nos moveu a incentivar a reflexão teológica de algumas mulheres e a dar visibilidade a este seu labor. Já o tínhamos feito em 2003, planeando, coordenando e dando à estampa o livro acima citado, o qual teve a particularidade de ter sido escrito exclusivamente por mulheres.

Desta vez, quisemos associar alguns homens nesta empresa de desocultação da perspectiva de género na reflexão teológica. Fizemo-lo com a convicção de que se trata de facto de uma tarefa comum. A perspectiva de género contém um potencial de enriquecimento da teologia no todo do respectivo *corpus* teórico. Na presente obra, há bons exemplos dessa fecundação, de que o leitor/a se aperceberá sem dificuldade.

#### ***Do seu conteúdo***

A presente obra reúne um conjunto de doze textos organizados em quatro partes que, em torno do binómio *teologia e género*, tecem considerações de índole e de perspectivas diversas.

A primeira parte, de enquadramento geral, integra dois textos, de Ana Maria Jorge e de Isabel Gomez Acebo.

No texto de Ana Maria Jorge, *Testemunhar Deus no feminino. Histórias de vida da Igreja medieval*, propõe-se uma releitura da Idade Média, segundo o princípio hermenêutico de explicitar o modo como as mulheres testemunharam Deus e a sua espiritualidade.

Nesse contexto, faz dois desafios à “leitura instalada” da época medieval. Por um lado, denunciando as lacunas existentes no conhecimento e na compreensão da Idade Média sem trazer à luz o papel que as diferentes mulheres tiveram na sua dinâmica religiosa. Por outro lado, identificando e caracterizando um conjunto de mulheres que foram portadoras de novidade dentro da vivência religiosa e que, em momentos de crise, foram capazes de correr o risco da inovação e da crítica. No seu percurso de releitura, a autora traz a lume nomes já conhecidos, como o de Hildegarda de Bingen ou o de Clara de Assis, mas faz igualmente desfilar uma série notável de outros nomes menos falados, demonstrando que também na Idade Média “Elas estiveram lá” onde se dava testemunho de Deus como Sentido da vida e do viver.

O texto de Isabel Gomez Acebo, intitulado *As mulheres nas várias religiões*, está escrito em três andamentos, o que permite fazer dele não apenas um texto de diagnóstico, mas, sobretudo, um texto prospectivo e de esperança.

Num primeiro momento, diríamos fundacional, a autora demarca os fundadores das grandes religiões – Buda, Jesus Cristo e Moisés –, bem como as suas orientações e as suas práticas originárias, da posição subalterna e discriminada que as mulheres ocupam em todas as religiões. A explicitação desta situação de base é importante porque permite à autora evidenciar, no segundo momento da sua análise, que são os contextos sociológicos e os poderes institucionais os responsáveis directos pela representação das mulheres e do feminino dada pelas religiões em geral e que as configura como fontes do mal e da tentação ou as descreve como sendo destituídas de discernimento racional e de apuramento espiritual ao mesmo nível dos seus pares masculinos. No terceiro momento, Isabel Gomez Acebo mostra como as transformações operadas no papel social das mulheres obrigaram as religiões a procederem também a uma transformação dessa tradicional representação das mulheres e do feminino que construíram noutra contexto sociológico. Deste modo, embora fique explicitado que ainda que estejamos longe de ter nas religiões uma representação antropológica equânime quanto às duas formas da humanidade, o texto deixa-nos o caminho aberto à esperança de que assim possa vir a ser num futuro mais ou menos próximo.

A segunda parte, acolhe diferentes perspectivas hermenêuticas acerca do modo como a articulação *teologia e género* pode desenvolver-se, sendo composta por cinco textos, dois de autoria feminina e três de autoria masculina.

O primeiro, de Teresa Toldy, tem como título *A teoria da metáfora de Paul Ricoeur e as teologias feministas*.

Nele, diz-nos a autora que “do percurso feito pelas teologias feministas até ao momento, parece poder concluir-se que o contributo destas para a teologia fundamental consiste em chamar a atenção para a necessidade de voltar a colocar a questão essencial a todo o discurso teológico: como falar de Deus de forma a salvaguardar a sua transcendência e a sua relação com o mundo, constituído por mulheres e por homens? Como fazer um discurso acerca da relação de Deus com o ser humano (com o mundo criado) sem fazer dele uma parte do mundo (um Deus sob o signo do masculino)? Como falar de Deus sem esquecer o mundo, nomeadamente, o mundo das mulheres?”. Assim, no quadro dessa problemática e partindo da reflexão de Sallie McFague, nomeadamente em *Metaphorical Theology*, procura a autora explorar a importância da teoria da metáfora de Paul Ricoeur

para dar maior consistência e melhor solo fundante aos caminhos da metaforização como mediação na construção teológica. Na verdade, mostra-nos e texto, a teorização ricoeuriana, ao definir o enunciado metafórico como sendo capaz de articular o sentido de uma realidade em acto, por assumir a relação entre ser e não ser ou entre mesmidade e alteridade, pode constituir uma mediação fundamental para uma conceptualização de Deus que nos permita a construção de uma imagem e, ao mesmo tempo, respeitar que Deus continue “para além de todas as coisas e de todas as linguagens”.

O segundo texto desta parte, de autoria de João Duque, levanta a questão fulcral que está em jogo na busca da construção de uma teologia que não exclua as mulheres nem o feminino, ao referir que qualquer teologia feminista se reporta a “uma questão de *antropologia* em sentido estrito, prendendo-se portanto com a forma como concebemos o ser humano, na sua «essência» realizada temporal, histórica e carnalmente.”

O seu *Contributo para a teologia feminista*, como subtitulou o seu texto, exprime-se na tentativa de clarificar a temática das categorias de *diferença* e de *relação*, quer como parâmetro de compreensão do par humano, quer como mediação de acesso à conceptualização de Deus. O texto articula-se, pois, em torno de dois pontos analíticos – identidade humana e natureza divina –, sendo o conceito de analogia a base do seu articulado. Assim, no primeiro momento da análise o autor propõe-se descrever a identidade humana, nas suas duas morfologias, fora dos quadros do pensamento da diferença e do da igualdade, que define como essencialistas por assentarem “na afirmação do absoluto da distinção ou do absoluto da igualdade” e, desse modo, tenderem a anular ou a dominar a alteridade como estranheza. Como alternativa, coloca-se no interior do conceito de ser humano como conceito analógico, por ser o único que permite operar uma relação identidade-diferença que não só não anula nenhum dos termos como possibilita a manutenção da alteridade irreduzível. Em tal contexto, a identidade humana só poderá ser pensada como uma *identidade relacional*, configurando o ser-mulher e o ser-homem como modos de ser de relação e para a relação. No segundo articulado da análise, recuando a Tomás de Aquino e à sua caracterização da Trindade como sendo constituída por “relações subsistentes”, João Duque vai explorar uma tradição que designa por *pericorética* – que se refere a uma concepção de unidade que não admite nenhum tipo de subordinação dos termos constituintes – para falar de Deus unitrino como sendo “precisamente esse perpétuo movimento relacional das pessoas, em que as respectivas diferenças são fundamento de relação e de ser, e não de subordinação ou domínio, como anulação de ser”. Seria este *pensamento relacional pericorético* que se poderia instituir como abertura a uma teologia que, ao invés de ter como único horizonte um Deus e uma Humanidade pensadas apenas no masculino ou em referência a ele, seria capaz de referenciar o teológico e o antropológico em formas mais consentâneas com a diversidade da existência.

O terceiro texto, de Maria Carlos Ramos, propõe, igualmente, novos caminhos teóricos para a teologia. Desta vez, fica no centro da análise a problemática da narratividade e da sua força refiguradora da realidade humana em todas as suas dimensões.

A autora deu ao seu texto o título de *O contributo das mulheres para a recuperação da Igreja como “comunidade narrativa”*, procurando nele explorar aquilo que designa como um conjunto de intuições pessoais e organizando essa exploração em cinco direcções temáticas, a saber: 1. *Sant’Ana ou a subversão das mulheres na história*, 2. *A narrativa como mediação entre o tempo vivido e o significado da acção*, 3. *O Kerigma apostólico ou a creditação da narrativa da experiência de mulheres na origem do cristianismo*, 4. *Da comunidade narrativa à institucionalização da comunidade*, 5. *Contributos das mulheres para a recuperação da Igreja como comunidade narrativa*.

Contudo, é a ideia de narratividade que atravessa as cinco direcções da análise, nomeadamente, também, naquilo que ela tem de articulação entre o dizer e o agir. A narratividade, assente na dimensão temporal da acção humana, corresponde ao articulado discursivo e inteligível desse agir no tempo e que, simultaneamente, faz do tempo um ingrediente humano e humanizado. Uma vez que, como diz a autora, “narrar é sempre reconstruir, com ‘um filtro de um depois, o que nos habita como memória, seja do passado longínquo ou contemporâneo”, a narrativa na voz das mulheres pode permitir desocultar dimensões do passado que as narrativas dominantes ocultaram ou ofuscaram, e, assim, flexibilizar e relativizar adquiridos culturais que o tempo e os hábitos de pensar fizeram tomar como naturais. Assumir a importância da narrativa na compreensão da realidade em toda a sua latitude abre caminho às mulheres para se descobrirem “como sujeitos sociais e como activas narradoras da história” e permite-lhes, igualmente, testemunhar “através da narrativa a sua fé”. No entretecer do texto fica patente o rigor com que a autora procurou legitimar o sentido daquilo que chamou intuições pessoais e, por essa via, deixou aberto um novo caminho por onde as mulheres poderão ir construindo o seu espaço para viver e confessar a sua fé, em termos de maior justiça e visibilidade.

Partindo do reconhecimento da pertinência do tema da igualdade de género como questão, tanto do nosso tempo como do próprio significado da humanidade e do seu viver em comum, o quarto texto desta segunda parte, *Igualdade de género: mutações nos paradigmas da História e da Teologia*, escrito por António Matos Ferreira, analisa, por um lado, o próprio tema da igualdade de género, e, por outro, o papel da história e da teologia no seu aprofundamento.

O conjunto do texto esforça-se por pôr em evidência que a problemática da igualdade de género está longe de se reduzir a uma dimensão jurídica ou de oportunidades sociais ou outras, de implicação meramente reivindicativa. Pelo contrário, tomá-la em linha de conta implica, antes de tudo, a reconversão dos processos de análise e de interpretação do sentido das questões mais sensíveis da existência, análise e interpretação essas que terão de levar a uma nova estruturação dos laços sociais e dos valores em que assentam as mundividências e as vidas realmente encarnadas. Pronunciando-se, explicitamente, pela fecundidade de se assumir como importante a bipolaridade masculino-feminino, como categoria de análise, o autor vai demonstrar que dessa adopção resulta a necessidade de subversão dos paradigmas tradicionais da história e da teologia, realçando que só com outras maneiras de fazer história e de pensar teologicamente, aquelas áreas do conhecimento e do saber poderão estar à altura daquilo que o tema da igualdade de género propõe como quadro aporético.

*Quando a teologia não basta. Reflexão sobre pressupostos filosóficos de uma questão teológica*, de Joaquim Cerqueira Gonçalves, é o último texto da segunda parte e que, fazendo jus ao seu título, procura dilucidar as vertentes mais filosóficas implicadas no tema do “exercício do sacerdócio ministerial cristão pela mulher”.

Até chegar à exposição da ideia de que o sacerdócio da Nova aliança, “de certo modo oposto ao da Antiga Lei”, ao sobrepor “a característica da comunhão à do sacrifício” altera os quadros de capacitação de quem está em condições de poder ser seu ministro, na medida em que “por um lado, a eleição dos possíveis ministros do sacerdócio parece depender mais da vontade de Deus do que das aptidões humanas,” e “por outro, [...] não somente todos os que são imagens divinas podem ser escolhidos como ainda as virtudes exigidas aos humanos por selecção humana, para o exercício do sacerdócio sacrificial, não constituem agora critério ponderoso”, o autor faz um longo percurso meditativo em torno daquilo que considera serem os dois itinerários especulativos enquadradores da história da filosofia e da teologia – o percurso de maior divulgação e

de aceitação mais generalizada: “*natureza/(cultura)/indivíduo/pessoa*” e outro, “mais tardio e menos frequentado: *ser/indivíduo/pessoa/cultura*”. Tendo diferentes pontos de partida (natureza e ser), os dois percursos categoriais mostram ter diferentes fecundidades e diferentes possibilidades teóricas. O primeiro, comandado pela ideia de natureza, remeterá sempre para determinações da ordem da substancialidade e da essência, tendendo a anular a dimensão verdadeiramente operativa da temporalidade. O segundo, partindo da ideia de ser, estará mais aberto a pensar as diferenciações como resultados da acção efectiva do tempo que, desta maneira, será tomado como constitutivo da própria dinâmica diferenciadora. Da análise meditativa feita pelo autor, parece legítimo concluir, como corolário dessa diferença de fecundidade dos dois percursos, o modo como influenciam a concepção de pessoa e a da própria mudança. No caso do primeiro percurso, sendo essencial a ideia de natureza como matriz, por um lado, temos um conceito de pessoa ligado sempre à referência natural e especificado por ela, determinando lugares estanques para o feminino e para o masculino, e, por outro, a perspectiva da transformação apresenta-se, normalmente, com uma dimensão essencialmente recapituladora, de certa forma, pré-determinada e, certamente, regressiva, em função de uma espécie de chamamento da fonte natural e substante de que parte. Esta perspectiva não facilita o debate em torno da questão da possibilidade de exercício do sacerdócio ministerial cristão pelas mulheres. Por sua vez, o segundo itinerário permite pensar um conceito de pessoa demarcado da categoria de substância e mais directamente ligado à “senda do ser, do qual ela é o ente de superior escala” e, neste sentido, a unidade e a diferenciação dos seres humanos é “salvaguardada pela universalidade do ser” e pela sua dinâmica de diferenciação. É esta característica dinâmica e diferenciadora do ser que faz do tempo o constituinte da realidade e, nesse contexto, pode acolher a mudança e o novo como benefícios e, assim, incluir as transformações como o modo de ser da própria realidade. Esta perspectiva é, por estas razões, mais propícia ao debate aberto da relação entre o feminino e o exercício do sacerdócio.

A terceira parte da obra propõe *Ruídos e novas construções*, no âmbito da relação teologia e género, através de quatro textos, escritos, em paridade, por dois homens e por duas mulheres.

O primeiro desses textos, intitulado *Reabilitação de Eva ou o elogio do feminino* e de autoria de Armindo Vaz, corresponde a uma análise exegética de *Génese* 2-3, no sentido de denunciar que as imagens que se teceram sobre a figura de Eva, quer no judaísmo, quer no cristianismo, não têm fundamento textual, sendo antes fruto da expressão de outras referências.

O autor explicita, como horizonte de sentido da sua análise, a significação dos *mitos de origem*, cuja função essencial é “dar sentido à vida humana [...] e às realidades que a envolvem”, sendo, do ponto de vista literário “o despregar de uma intuição unitária, que concebe e imagina a existência humana em Deus e a partir de Deus, contando que Deus a fez no princípio. Sem saber nada sobre o começo factual, físico, da vida, os óculos da fé levaram o narrador a atribuir tudo a Deus, que ele assim via como Criador. Pondo a origem do homem e da mulher num seu acto criador, o mito dá-lhes valor e importância, potencia-os, sublima-os e dignifica-os ao máximo. Diz as melhores possibilidades de ser e de existir; é uma forma de os compreender, nalguma das suas dimensões. Situando-se fora do tempo histórico, “no princípio” de tudo, a narrativa mítica torna-se presente a todos os tempos”. Dentro deste quadro, vai propor uma nova leitura de *Génese* 2-3, enquanto mito da criação, e com essa nova leitura reabilita Eva das representações a que foi sujeita ao longo dos séculos e pôr em destaque a profunda significação da dimensão feminina da vida humana, da total reciprocidade do ser-mulher e do

ser-homem, propondo, ainda, um novo olhar sobre a questão do pecado dito original. É interessante relevar que o autor parece querer colocar-se numa terceira via de leitura, demarcando-se quer das leituras religiosas tradicionais, quer das novas leituras nascidas dos movimentos de mulheres. Ouçamos as suas palavras que, situando-se, embora, na clara diferenciação do feminino e do masculino, bem como das suas respectivas funções, reconhecem, todavia, a igual dignidade entre o feminino e o masculino: “O enxovalhamento da mulher ao longo de séculos levou os e as feministas recentes a esgrimirem a defesa da *Hewa* com um tom por vezes polémico, pouco propício para fazer emergir a verdade. A *Hewa* com quem mantivemos este encontro nem precisa de defesa. Ela já é exaltada pelo próprio mitógrafo, que na narração lhe deu a função hermenêutica de imprimir sentido à vida das leitoras. Ela interpreta a sublime glória da mulher e brilha como a glória do feminino, o elogio das esposas e das mães de todos os tempos na história da humanidade. Ela aparece como o lado feminino que, juntamente com o masculino e inseparavelmente dele, forma o ser humano total e acabado. Ela é o outro lado da humanidade, porventura o melhor lado da humanidade, sem a qual esta não existiria nem seria o que é. O título simbólico de “Dadora de vida” relacionava-a com a grandeza da maternidade, reconhecendo as tarefas fundadoras de mãe e de esposa que lhe tinham sido atribuídas por Deus em Gn 3,16: “com dor darás à luz os filhos; para o teu homem tenderá o teu forte desejo...” Bem ao contrário da tendência masculinista a acusar a mulher de ter introduzido a morte no mundo, ela é apresentada na sua vocação sublime de “mãe de todos os vivos”, que realiza o seu nome e preenche a sua história”.

*A subversão de uma evidência*, de Maria Luísa Ribeiro Ferreira, é o segundo texto desta terceira parte, e que se debruça “sobre os aspectos gerais relativos ao papel das mulheres nos Evangelhos” privilegiando “o relato da Samaritana, sublinhando a ruptura que ele representa quanto à mundividência dominante bem como a proposta que veicula em prol de uma visão não dicotómica do real”, tendo como objectivo “mostrar o carácter subversivo da mensagem de Jesus e a sua ruptura com os estereótipos masculinizantes que enformam o judaísmo do seu tempo”.

Dentro dessa perspectiva, a autora analisa os tópicos comuns ao papel das mulheres no contexto da vida de Jesus, mostrando, por um lado, a subversão da sua figura ao deixar-se acompanhar por elas, ao deixar-se interpelar por elas e, finalmente, ao enviá-las como mensageiras; por outro, evidenciando que o modo como a presença feminina perpassa nos Evangelhos e o correspondente modo de habitar o mundo que essa presença desoculta podem ser lidos como sendo o espelho da própria mensagem espiritual e humana de Jesus. Depois de explicitar, a partir dos Evangelhos, que diferentes mulheres acompanharam Jesus, o interpelaram e levaram a agir em determinada direcção, o reconheceram e o anunciaram como o Messias, a autora centra-se no episódio da Samaritana para evidenciar, através da sua análise, a novidade do pensamento de Jesus que vai para lá da categorização dicotómica da realidade, configurando um pensamento holístico, integrador.

Aquilo que o texto de Maria Luísa Ribeiro Ferreira nos deixa como legado a pensar é que não apenas a prática de Jesus em relação às mulheres institui uma ruptura com o adquirido social do seu tempo, como também e, sobretudo, que as mulheres podem representar o lugar onde a novidade da proposta de Jesus ganhou corpo e expressão.

Num certo sentido, o texto de Joaquina Nobre Júlio, *A praxis de Jesus como sinal da igualdade de género*, terceiro texto desta parte da obra, articula-se, directamente, com o anterior, na medida em que se centra também na praxis de Jesus que, para a autora, pode ser um sinal da igualdade de género.

Retomando outras análises, Joaquina Nobre Júlio afirma “que Jesus ultrapassou de forma a considerar quase incrível, inimaginável, se Deus não estivesse com Ele, os preconceitos socio-culturais do seu tempo, da sociedade que era a sua, tão cheia de preconceitos contra as mulheres. Aceitou a sua presença junto dele, dirigia-se-lhes, curando-as das suas enfermidades, transmitindo-lhes as mesmas mensagens de salvação que aos homens, exactamente como a estes”. Assim sendo, o objectivo do seu texto é mostrar que Jesus actuou de modo igualitário, quer os seus destinatários fossem homens, quer fossem mulheres. No quadro desse objectivo, a autora, depois de identificar o tipo de actividades essenciais da vida pública de Jesus – ensinar, proclamar a Boa Nova do Reino e curar as doenças – vai mostrar paulatinamente, com base nos textos respectivos, que todas essas actividades tiveram como destinatários mulheres e homens indiscriminadamente. Nessa medida pode, pois, concluir que “foi essa igualdade de dignidade [entre mulheres e homens], expressão da vontade original de Deus, mas perdida, que Jesus Cristo veio restabelecer, como os evangelhos nos mostram abundantemente, curando e ressuscitando homens ou mulheres sem exclusividade, anunciando a Boa Nova de Reino de Deus a todos, porque todos faziam parte daquelas multidões que O seguiam maravilhadas com os seus milagres e o seu ensinamento”.

O último texto desta terceira parte, de José Tolentino de Mendonça, surpreende-nos e interpela-nos logo no título: *Algumas que são dos nossos*. Na verdade, ao construir um enunciado, à primeira vista, fora dos cânones da concordância gramatical, o autor obriga-nos a pensar uma explicação. Se nos situarmos no ritmo tradicional dos princípios de concordância da gramática, poderemos pensar que *dos nossos* diz respeito à aplicação da regra geral, tida como normal, de tomar o masculino como universal neutro e, portanto, capaz de englobar o feminino de *Algumas*. Mas, se pusermos esse princípio entre parêntesis, então poderemos pôr outras hipóteses, nomeadamente, a de o autor querer relevar que *dos nossos*, afinal, também faziam parte *Algumas* mulheres, que o grupo *dos nossos* não era todo masculino.

Esta leitura da dissonância proposta no título encontra eco noutras dissonâncias do conjunto do texto, como é o caso de se propor encontrar elementos de teologia num espaço teórico heterodoxo como é a poesia que, pelo menos desde Platão, foi afastada do campo da justiça e da racionalidade. Aliás o autor afirma mesmo que “pensar a teologia face aos desafios do género implica que se pense a suspensão ou o alargamento das fronteiras do campo (e não já apenas do discurso) teológico tradicional”, correspondendo o seu texto a uma incursão dessa natureza, por tomar como referente de análise a “poeta e ensaísta italiana Cristina Campo”, mostrando através dela que o espiritual e o teológico não têm de pertencer apenas à letra do discurso, mas à intencionalidade do conteúdo, relevando, sobretudo, de uma atitude ontológica e existencial. É nesse caminho que o texto de José Tolentino de Mendonça nos propõe outra dissonância, por integrar na análise outra marginalidade, agora por intermédio da figura de Simone Weil. Mas, sem se justificar, o autor aduz a legitimidade do que faz ao dizer que deve haver “um sentido mesmo que impreciso em toda a ordem de vizinhança, o que quer que isso seja” e, assim, deixar-nos percorrer uma série de vizinhanças: da norma, do canónico, do adquirido para nos abrir ao desvio, ao marginal e à novidade.

Trata-se, enfim, de um texto de *sugestões de ruptura*, de proposta de *descentramentos necessários*, de indicação de *desalojamentos imperiosos*, como a querer mostrar que *teologia e género* supõe um espaço teórico outro, diferente, desconhecido ainda.

A quarta e última parte do livro pretende dar um contributo para se fazer um balanço sobre a situação da *teologia e género em Portugal*. Inclui, apenas um texto, escrito por Fernanda Henriques, onde se procura chamar a atenção para a ausência escandalosa que

esse tema tem na comunidade portuguesa e, simultaneamente, alertar para a necessidade imperiosa de superar tal situação.

### ***Da sua significação***

O que parece ressaltar da obra agora presente é, sem dúvida, a polifonia e a diferenciação. Diferenciação e polifonia na autoria dos textos, na formação das pessoas-autores, nas propostas teóricas apresentadas e nos lugares hermenêuticos da sua formulação. Apelo, talvez, a que a mesmidade e a monologia do espaço tradicional do teológico se abra, sem quaisquer peias, à diversidade e, desse modo, dê espaço e voz ao já insuportável silêncio de *Algumas* e de *Alguns*.